

FUNCIONAMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM SERGIPE NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO MOPEC

RESUMO

O presente trabalho se insere em vertentes de estudos sobre o processo de criação de movimentos sociais, procurando compreender quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou em Sergipe após a redemocratização. A problemática em que se assenta este texto insere-se no debate a respeito da relação entre conjuntura política e social – observada nas décadas de 1980 e 1990 – e criação e funcionamento de movimentos sociais. O trabalho analisou as questões acima identificadas a partir da análise da criação do Movimento Popular Ecológico (Mopec) em Sergipe. A metodologia utilizada partiu de entrevistas e questionários, através de um mapeamento prévio dos agentes envolvidos no movimento ambientalista entre as décadas de 1980 e 1990.

Palavras-chave: Redemocratização. Ambientalismo. Dinâmica de Ação. ONG. Mopec.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos que tratam da temática ambientalista obtiveram ascensão a partir de grandes movimentos sociais (Maio de 68 e a Conferência de Estocolmo, mais especificamente), os quais refletiram sobremaneira nas questões ambientais no cenário mundial, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Apesar de não estar imune aos efeitos dessas mudanças, a estrutura política da época – me refiro aqui aos 21 anos do período militar² – impedia maiores envolvimento da sociedade civil com qualquer que fosse o movimento social.³

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: bergsonvieira@hotmail.com.

² O período militar no Brasil foi instaurado em 1º de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. Apesar das promessas iniciais de uma intervenção breve, a ditadura militar durou 21 anos. Esse regime teve fim quando José Sarney assumiu a presidência, dando início ao período conhecido redemocratização. (DITADURA..., [201-])

³ Estamos apontando para uma forma de mobilização atrelada a lutas de cunho pacifista, por direitos civis, estilos de vida, igualdade étnica e de gênero, e caracterizado por motivações racionais. (ALONSO, 2009)

O trabalho ora exposto resulta da tentativa inicial durante o mestrado de investigar a possibilidade de existência de relação entre movimento ambientalista e a formação do Partido Verde (PV) seccional Sergipe. Esse pressuposto foi influenciado por parte da literatura que tem demonstrado casos de partidos políticos que nascem de sindicatos e mesmo movimentos sociais, caracterizando o que alguns autores chamariam de militâncias múltiplas (COMBES, 2009; SIMÉANT, 2003), e de trabalhos que lidam particularmente com o caso do PV e que demonstram a existência de uma relação muito estreita entre movimentos ambientalistas e a criação desse partido em outros estados brasileiros. (SANTOS, 2008) Entretanto, a realidade empírica na qual ocorreu a pesquisa mostrou o quão diminuta foi a relação entre eles (movimentos ambientalistas e PV), o que gerou outro questionamento (entende-se curiosidade investigativa) que naquele momento não poderia ser mais investigado: quais caminhos foram tomados pelo movimento ambientalista em Sergipe após a redemocratização?

Para dar conta disso, o trabalho ora exposto analisou as circunstâncias que conduziram à criação do Movimento Popular Ecológico (Mopec), na década de 1990. O texto está dividido em duas partes, além das considerações finais. Num primeiro momento o debate terá como foco demonstrar as mudanças ocorridas na dinâmica de ação dos movimentos sociais, das críticas feitas às correntes marxistas e funcionalistas a respeito das motivações da ação coletiva, as quais não estavam mais ligadas às lutas pelo poder ou contra o Estado, mas ao que os autores comumente passariam a chamar de “movimentos dos sem” cujas estratégias estavam alinhadas às lutas de cunho pacifistas, por direitos civis, estilos de vida, igualdade étnica e de gênero, e caracterizado por motivações racionais. Além disso, nesse primeiro momento também será feita uma reflexão acerca da conjuntura política e social do Brasil naquele momento, cujas características próprias de um Estado autoritário que, apesar de impedir maiores mobilizações da sociedade civil, a dinâmica de ação pouco agressiva do movimento ambientalista na época lhe permitia uma interessante articulação com o aparelho do Estado.

Uma vez feito esse debate mais introdutório acerca da dinâmica de ação dos movimentos sociais, bem como dos efeitos das conjunturas políticas e sociais da época, o texto irá se debruçar nas especificações do Mopec, demonstrando como esse movimento se comportou frente às condições exógenas e endógenas a respeito da relação entre movimento social e Estado. Quais suas estratégias de ação e como tais estratégias foram se modificando ao longo das duas décadas da qual trata o texto. A hipótese da qual se vale o presente artigo é a de que, a criação do Mopec está relacionada à expansão do ambientalismo

para outras partes do país, dentre as quais o Nordeste. Ou seja, o movimento ambientalista, presente com maior intensidade nas regiões Sul e Sudeste, passa a partir das décadas de 1980 e 1990 a se expandir para outras regiões do Brasil, causando um crescimento exponencial de entidades ecológicas e de manifestações ambientais. (DOMINGUES, 2010; FELIZOLA; COSTA, 2012b; FREITAS, 2006; SENA; OLIVEIRA; CHACON, 2007)

A metodologia utilizada partiu de entrevistas e questionários, através de um mapeamento prévio dos agentes envolvidos no movimento ambientalista local durante às décadas de 1980 e 1990. Além dos dados primários colhidos nessas entrevistas, também lançamos mão de dados secundários advindos, principalmente, de pesquisas acadêmicas (dissertação de mestrado e teses), artigos de jornais e revistas e entre outras fontes.

2 DINÂMICA DE AÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL E EM SERGIPE

Desde o final da década de 1960 surgem novos modelos de ação coletiva, que estariam em grande medida desvinculados das lutas pelo poder e contra o Estado. (ALONSO, 2009) Esses movimentos demonstravam outras estratégias de mobilização, outros ingredientes, bem como novas formas de contestação. Tais estratégias representavam uma forma de mobilização atrelada a lutas de cunho pacifista, por direitos civis, estilos de vida, igualdade étnica e de gênero, e caracterizado por motivações racionais. Ou seja, é possível dizer que o aumento dos movimentos sociais durante esse período não atingiu todos os tipos de militância, privilegiou-se causas globais ligadas à militância moral e altruísta (PASSY, 1998), que caracterizaria “os movimentos de defesa dos ‘sem’, o ‘altermundialismo’, as associações de proteção ao meio ambiente, ou as associações que atuam no setor humanitário em sentido amplo, polarizou mais a atenção do que a militância partidária, sindical ou profissional”. (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 201)

O período militar vivido no Brasil vinculado à ideia ufanista do “Brasil Grande”, e do “Ame-o ou deixe-o”, cujo modelo progressista de construções faraônicas agredia o meio ambiente, não demorou em entrar na agenda de diversos grupos ambientalistas no país, caracterizando uma tensão entre democracia e a ecologia. Segundo Viola (1987), essa tensão refletiu direto no movimento ecologista através de clivagem existente no seu interior entre os fundamentalistas e os realistas. De um lado, os realistas, mais preocupados com a extensão do movimento verde, a formação de um programa econômico de transição viável e, do outro lado, os fundamentalistas que enfatizavam a pureza do movimento,

com tendências a bloquear o diálogo entre o movimento e sociedade. Em sentido parecido Jacobi (2003, p. 4), aponta que essa configuração do movimento ecologista criou uma “dinâmica bissetorial, entre agências ambientais estatais e algumas entidades ambientalistas, caracterizando [...] uma relação dialética entre as agências ambientais e as entidades ambientalistas baseada no conflito e na cooperação”.

Além das demandas próprias daquele período, as mobilizações ambientalistas e as organizações criadas até o início da década de 1970 ainda estavam voltadas para problemáticas relativamente antigas, algumas das quais remontam ao final do século XIX. (OLIVEIRA, 2008b) É possível dizer que essa característica do movimento ecologista repercutiu na manutenção das dinâmicas de ação do movimento, na medida em que não se notou grandes diferenças de continuidade entre esse “novo momento” do ambientalismo e o momento anterior. No entanto, “esse período se caracterizou pela modificação das reivindicações e do potencial de mobilização de defesa de causas ambientais, no qual a década de 1970 constituiu um marco importante do processo de configuração do ambientalismo no Brasil como uma esfera de politização de diferentes espaços”. (OLIVEIRA, 2008b, p. 757)

Ainda segundo Loureiro e Pacheco (1995), é somente nos anos 1970 que a questão ambiental emerge como uma “questão política” no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na “agenda dos problemas nacionais”, e os problemas ambientais começam a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país. O mesmo é percebido por Antuniassi, Magdalena e Giansanti (1989) que, ao analisar o movimento ambientalista em São Paulo, identifica que a partir de meados da década de 1970 o movimento passou a ganhar força na medida em que os problemas ambientais ganhavam espaço nos meios de comunicação, levando a uma maior visibilidade da sociedade civil e do poder público.

O fato é que o movimento ambientalista permitia a articulação de consensos e alianças entre os atores, grupos de interesse e conflitos existentes dentro deste cenário de disputas. (LOUREIRO; PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2008b; NASCIMENTO, 2012) Dito de outro modo, o movimento ambientalista estabelecia uma dinâmica de ação pouco agressiva ao Estado autoritário e esse caráter pouco ofensivo permitiu ao movimento uma maior articulação entre esses movimentos e o próprio aparato do Estado. Ainda segundo Jacobi (2003), essas iniciativas, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, serviram como uma tentativa de atenuar a

imagem negativa que o governo deixou no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo.

No tocante ao posicionamento do movimento ambientalista, é apenas em meados de 1980 que estes passam a entender a importância de se relacionarem com outros movimentos sociais. A relação entre diferentes movimentos sociais causaria o que Tarrow (1994) chamou de “ciclo de protestos”, ou seja, quando um grupo se vale das oportunidades políticas postas, mobiliza-se através de reivindicações próprias (por exemplo, o movimento negro que reivindica igualdade racial, movimento feminista que reivindica igualdade de gênero etc.), e se torna exemplo para outros grupos, passando a ser seguido por diversos movimentos sociais, ampliando as oportunidades políticas e somando forças contra um agente inimigo comum: neste caso e em outros o próprio Estado.

Essa questão elucidada, em alguma medida, os fatores condicionantes à explosão de movimentos sociais e a onda de mobilização no Brasil na década de 1980 que, ao que parece, estavam também relacionadas ao declínio da capacidade do Estado em coibir protestos. Com efeito, observou-se novas configurações no tocante repertório de ação do movimento ambientalista, que passou a incluir ações coletivas e de denúncia de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas, entre outras.

A efervescência de diversos movimentos sociais permitiu uma nova relação entre movimentos, agências públicas e partidos políticos, o que segundo Dagnino (2004, p. 83), permitiu com que “cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro”. Iniciando um processo que foi muitas vezes chamado de cooptação, articulando uma nova forma de “participação que leva esses movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas”. (DAGNINO, 2004, p. 83)

Apesar das circunstâncias apontarem para uma correlação maior entre movimentos e partidos políticos, o movimento ambientalista se comportou de forma diferente, tal como é enfatizado por Antuniassi, Magdalena e Giansanti (1989), que demonstra como no caso de São Paulo, o Partido Verde tenha surgido à revelia do movimento ambientalista. Fato este também observado em Sergipe. Tais considerações se revelam como um importante “fio condutor” do trabalho ora exposto, que busca entender, entre outras coisas, quais os caminhos os movimentos ambientalistas tomaram após a abertura política no Brasil. Sobre isso, creio que Viola (1987) nos fornece importantes argumentos quanto ao comportamento do movimento ambientalista em face do processo de rede-

mocratização. Para o autor, apesar das circunstâncias advindas do processo de redemocratização parecerem favoráveis a institucionalização de partidos políticos, tal como ocorrido com outros movimentos, o movimento ambientalista se disseminou progressiva pelo menos para outros cinco setores: 1. ONG ambientalistas; 2. agências estatais de meio ambiente; 3. movimentos sociais; 4. instituições científicas que pesquisam a problemática ambiental; 5. empresariado. (SANTOS, 2008, p. 135)

Assim, embora tomemos os “agrupamentos associativos como uma forma de participação na vida política” em função da “necessidade que toda organização tem, por menos estruturada ou limitada que seja em seus objetivos, de situar-se em relação aos poderes públicos” (BARTHÉLÉMY, 1994, p. 91), parte-se do pressuposto de que as diferentes definições em torno do “político” e do “não-político”, com todos os matizes intermediários, são parte de um processo de redefinições das formas do político.

A lógica da questão ambiental em Sergipe não foi muito diferente disso, com destaque para a baixa concentração de manifestações e movimentos em defesa da causa ambiental no estado. A esse respeito, Felizola (2012), apresenta algumas tipologias do movimento ambientalista em Sergipe, para o autor há uma profunda relação entre o ambientalismo das ONG, o ambientalismo governamental e o ambientalismo empresarial, demonstrando que no estado esse movimento funcionou com grande influência de pactos políticos e agências públicas. Somados a essa influência marcante há também uma presença do que o autor chama de “ambientalismo científico”,⁴ utilizado com mais força na criação de projetos de ONG ambientais no Estado.

Ainda para Felizola (2012), é possível identificar duas dinâmicas de ação do ambientalismo local, de um lado, um ambientalismo que estabelece uma postura mais radical e crítica ao formato de Estado estabelecido e das políticas ambientais que o mesmo adota e, de outro lado, movimentos que se vinculam a empresas privadas e ONG como alternativa de sobrevivência. Apesar de o movimento ambientalista em Sergipe ter contribuído para formação lideranças importantes, inclusive, com participação em eventos regionais e nacionais sobre a temática, “existe um problema de diminuição do próprio espaço de discussões públicas”. (FELIZOLA, 2012, p. 174) Em outras palavras, o movimento ambienta-

⁴ Alguns trabalhos têm salientado a importância da *expertise* (formação técnica e científica) no recrutamento e na seleção dos dirigentes ambientalistas, resultando o que Oliveira (2008a) identificou como constituição de uma categoria social que tem como um dos traços principais o fato de ser fortemente dotada em capitais cultural, escolar, profissional e social: alta representação de diplomados, forte presença de categorias intelectuais de universitários ou de pesquisadores. Para saber mais sobre esse assunto, sugiro alguns trabalhos nacionais, como o de Oliveira (2008a), e de alguns autores estrangeiros: Lochard e Simonet (2009), Ollitrault (1996), Gallet (2002), Sainteny (1999).

lista em Sergipe funcionava em caráter esporádico, só se reuniam para reivindicar questões pontuais, tendo sucesso ou não nessas reivindicações o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas quando surgissem outras demandas.

Esse caráter esporádico é uma tendência do movimento ambientalista estadual e isso se deve, segundo Felizola (2012), a conflitos de diferentes grupos ligados a causa ambiental. Isto é, enquanto uma organização ficava responsável pela “defesa” do Rio São Francisco ou do Rio Sergipe, acabava que por limitar a ação de outras figuras públicas, gerando uma apatia das agências e dos próprios cidadãos. Ainda para o autor, o ambientalismo local, enquanto sujeito social dos novos movimentos sociais, “acaba sendo extremamente complexo e perpassa pela luta por espaços de cidadania, relacionados com o processo econômico e da tomada do poder político” (FELIZOLA, 2012, p. 174), levando os agentes ambientalistas (ligados a ONG, movimentos sociais, grupos de interesse) a atuar em diversos cosmos de luta, partindo para discussões de etnia, ambiente, gênero, renda e, posteriormente, outros temas, não focando apenas o movimento ambiental como a sua “luta”.

3 CRIAÇÃO DO MOPEC E DINÂMICA DE AÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM SERGIPE

A primeira forma institucionalizada de defesa do meio ambiente inicia-se com a criação da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), em 1978. Objetivando a elaboração e execução de políticas públicas, foi caracterizada como uma Autarquia Estadual criada pela Lei nº 2.181, de 12 de outubro de 1978, que veio ser alterada pela Lei 5.057, de 07 de novembro de 2003, viabilizando a execução de políticas públicas relativas ao meio ambiente. Esse órgão detém a responsabilidade de operacionalizar, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a política governamental relativa ao meio ambiente, com melhoria da qualidade ambiental pelo gerenciamento dos recursos naturais do estado de Sergipe e combate à poluição de qualquer natureza.

Segundo Guimarães (2008 apud NASCIMENTO, 2012), o surgimento da Adema como instituição, foi criada em consequência das discussões e deliberações do primeiro evento mundial sobre o meio ambiente – a Conferência de Estocolmo –, e se assemelha ao processo de criação de organismos responsáveis pela formulação e implementação de políticas de meio ambiente em diversos países. A partir de 1991, a Adema passou a integrar a Secretaria da Indústria, do Comércio e da Ciência e Tecnologia. No ano de 1995 vinculou-se à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Esta vinculação permaneceu até o ano de

1998, quando a SEMA foi extinta pelo mesmo governo que a criou, ato ratificado pela Lei nº. 4.063, de 30 de dezembro de 1998. (NASCIMENTO, 2012)

Chama atenção a intensificação de movimentos sociais e de ONG relacionadas a questão ambiental em Sergipe a partir da década de 1990, alguns autores apontam que essa ampliação se deve ao desencadeamento das políticas neoliberais observadas naquele período no país (GOHN, 2003), bem como o deslocamento dos eixos Sul e Sudeste de grupos preocupados com as questões ambientais. O fato é que esses movimentos surgem a partir de novas identidades sociais, ultrapassando o quadro institucional vigente, e exigindo o reconhecimento de categorias excluídas do jogo político e são, portanto, instrumentos de modificação deste jogo.

Segundo Felizola e Costa (2010), a partir dos anos de 1990 observou-se uma intensificação do movimento ambientalista em Sergipe, emergindo dezenas de organizações, algumas focadas em uma prática mais denunciativa, como foi o caso da Água é Vida, fundada em 1998 em Estância, litoral sul sergipano. E outras ONG mais “técnicas” e menos “corajosas”⁵ como a Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes (Sociedade Semear), fundada em 2001 em Aracaju. Segundo esses autores, essas instituições permitem entender um pouco do ambientalismo sergipano, por terem adotado dois formatos de ação bastante diferentes.

Em Sergipe, no tocante à esfera civil, destaca-se a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (Amaba), fundada em 14 de abril de 1983, como uma das mais importantes associações de bairro e defesa da questão ambiental. Em matéria veiculada no Jornal da Cidade, cujo título, “Os movimentos ambientalistas em Sergipe”, enfatizava a importância daquele movimento frente a contestações locais, segundo o mesmo, na tentativa de resolver os problemas ambientais gerados por uma fábrica de cimento instalada em 1967 nas proximidades do bairro, a Amaba foi de fundamental importância, e em conjunto com a paróquia São Judas Tadeu, passou a denunciar os problemas que a fábrica trazia para a população de seu entorno. (OLIVEIRA, 2011)

Em 08 de agosto de 1967 foi fundada a Associação Sergipana de Proteção Ambiental (Aspam),⁶ a primeira ONG estritamente ambientalista de Sergipe (extinta em 2002). Seu fundador, Genival Nunes Silva, possui formação

⁵ O termo aqui empregado é originalmente utilizado pelos autores em seu texto, e o sentido manifesto é de salientar a baixa agressividade dessas ONG em relação ao estado.

⁶ Segundo Felizola e Costa (2010, 2012a, 2012b), a Aspam foi a primeira ONG ambientalista de Sergipe fundada em 1983, no início essa organização contava com a participação de professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e estudantes do curso de Biologia. Trouxe um caráter científico para o movimento no estado. A organização deixou de funcionar em 1998.

acadêmica em Biologia e Psicologia, tendo dirigido a Adema e a SEMARH. Em outubro de 2010, no mandato do então governador Marcelo Déda⁷ e, parte do mandato de seu vice, assumiu a presidência da Secretaria do Meio Ambiente, permanecendo até fevereiro de 2014. É possível dizer que a indicação de Genival Nunes para um posto de comando na Secretaria do Meio Ambiente esta relacionada, em alguma medida, à chegada do PT ao poder anos atrás, tanto na esfera nacional quanto na estadual, que criou uma nova relação entre movimentos sociais e esfera pública. Como dito, na esfera estadual, Marcelo Déda (PT), estabeleceu uma relação de proximidade com os movimentos sociais, trazendo para a esfera do governo várias lideranças desses movimentos. Fato este que nos permite refutar a própria noção de cooptação tal como é definida por alguns pesquisadores, a exemplo de Dagnino (2004, p. 83), que muitas vezes é colocado como uma forma de participação que leva os “movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas”. Em outros termos, a cooptação é apresentada por parte da literatura como uma “desvirtuação” dos princípios associativos e militantes. Contrário ao que é demonstrado na situação em tela, na medida em que a ocupação de líderes de movimentos sociais a postos de comando na esfera estatal não parece uma ruptura, mas parte de um processo de mudanças das conjunturas do mercado político após a chegada do PT ao poder. Esse argumento ganha força na fala de Marcelo Déda no momento da posse de Genival Nunes:

Como deputado constituinte, em 1989, o projeto que fizemos na área ambiental foi desenvolvido por Genival, que era meu assessor na época. No nosso governo, ele assumiu a ADEMA e fez uma revolução. Agora, Genival sai da ADEMA e assume a Secretaria do Meio Ambiente sem choque. Não tenho dúvidas que dará continuidade à política da pasta com muita competência e conhecimento de causa. (LIMA, 2010)

Duas questões perpassam o discurso acima, a primeira tem a ver com um tipo de reconhecimento dos saberes adquiridos na passagem por instituições militantes tal como defendido em alguns trabalhos (FRETEL, 2011); a segunda questão destaca a importância da militância de Genival Nunes em movimentos ambientalistas durante períodos anteriores. Mais adiante nesse mesmo discurso Marcelo Déda assevera que “Genival Nunes é um dos nomes mais representativos da área ambiental no Estado de Sergipe. Desde os anos 80, quan-

⁷ Marcelo Déda Chagas nasceu em Simão Dias, interior de Sergipe, em 11 de março de 1960, e faleceu vitimado por câncer em São Paulo, em 2 de dezembro de 2013. Foi um advogado e político brasileiro, durante sua carreira política foi filiado ao PT. Desenvolvendo toda sua carreira política em Sergipe, ele foi deputado estadual e federal. Em 2000 foi eleito prefeito de Aracaju, cargo que ocupou de 2001 até 2006, quando renunciou para disputar o governo estadual. Elegeu-se governador de Sergipe naquele ano e foi reeleito em 2010, cargo que ocupou até sua morte. (MARCELO..., [201-])

do o meio ambiente não estava na moda, ‘Geni’ já estava na luta em defesa do meio ambiente mobilizando a sociedade e militando em defesa da preservação ambiental”. (LIMA, 2010)

Se no caso da Adema, a rede de relações criadas desde a década de 1980 permitiu a chegada a postos de comando na esfera estadual, o mesmo não se deve ao caso do Mopec. A criação deste movimento teve forte influência do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), realizado entre 18 e 22 de setembro de 1989, em Salvador (BA), cujo eixo norteador foi a questão ambiental e sua relação com a sociedade civil brasileira. Estiveram presentes no mencionado encontro dois representantes do ambientalismo estadual, que passaram a disseminar as mesmas ideias entre populares, assim formou-se uma articulação de pessoas interessadas no assunto entre fins de 1989 e início de 1990, até que foi organizada a proposta de realização do 1º Seminário sobre o mesmo tema do encontro da CESE: Meio Ambiente e Organização Popular, dentro da Realidade de Sergipe. Apesar de ter realizado ações populares no final da década de 1980, sua criação oficial foi somente em 1991, esse movimento se configuraria como o primeiro movimento popular ambiental do Estado.⁸

O Mopec teria surgido, então, da vinculação entre grupos que participaram do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e de líderes comunitários. Nas palavras de Lisaldo Vieira, um dos fundadores do movimento: *“após essa reunião, surgiu uma coordenação que foi composta principalmente por lideranças de comunidades de bairros, destacando-se representantes dos bairros São Conrado, Bairro América, Coroa do Meio, Augusto Franco, entre outros”*.⁹ A presença de lideranças comunitárias no movimento deveu-se à própria proposta de inter-relacionar a questão social com a defesa do meio ambiente que foi estabelecida como princípio básico do Mopec. Outra questão destacada pelo entrevistado foi sua participação na luta pelo fechamento da fábrica de cimento Portland pela Amaba.

O trabalho do Mopec no bairro São Conrado, mais precisamente em escolas e comunidades, começou a partir da articulação de um grupo de ambientalistas do local, denominado “SOS - São Conrado”, que já desenvolvia desde o início do ano de 1990, uma intensiva oposição à poluição atmosférica oriunda de uma lagoa de estabilização existente no Distrito Industrial de Aracaju (DIA),

⁸ Em matéria publicada no Jornal de Sergipe, no dia 22 de dezembro de 1990, o Mopec fez uma manifestação em uma escola pública do estado para lembrar a morte do ambientalista Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988. Essa foi a única manifestação registrada em jornais propostas por ONG em Sergipe.

⁹ Essa entrevista foi realizada entre pesquisador e o agente citado em novembro de 2012.

localizada nas imediações do bairro. Além disso, havia também um transbordamento dos resíduos da referida lagoa que poluía grande extensão de mangues e do Rio Poxim, que serve a inúmeras famílias de pescadores da região. Outro ponto de contestação foi a especulação imobiliária presente no bairro que, entre outras coisas, agredia o manguezal.

Várias ações foram desenvolvidas pelo Mopec junto ao grupo de base do bairro, era comum o uso de abaixo-assinado e de denúncias na imprensa local, isso pode ser observado no caso do SOS São Conrado, por exemplo, que entregou um abaixo-assinado para a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Codise), em 22 de abril de 1990 (Dia da Terra) e, no ano seguinte, através do ato em defesa dos manguezais. Ato que trouxe visibilidade para o movimento. Além disso, várias foram as denúncias na imprensa sobre a poluição no Rio Poxim e da lagoa de Estabilização, e reivindicações junto à prefeitura municipal de Aracaju para melhorias nos serviços básicos no bairro, como saneamento básico e calçamento das ruas,¹⁰ caracterizaram algumas das estratégias de ação do movimento.

O movimento era mais ou menos assim, a gente se reunião pra reivindicar alguma coisa, passávamos a distribuir panfleto, fazer barulho, e tentar conscientizar a população de algum problema ambiental que aparecesse, quando resolvíamos aquele problema o movimento acabava, e só nos reuníamos novamente a partir de outra questão.¹¹

Felizola e Costa (2012b, p. 327) apontam que os principais projetos desenvolvidos pelo MOPEC foram a “Defesa da Serra de Itabaiana, Manifestações contra a Orla de Atalaia, Manifestação contra a rodovia do Coco, Manifestação contra a destruição do mangue da Treze de Julho – Aracaju”. Ainda para esses autores, no período da década de 1990 era possível vislumbrar dois tipos de ONGs ambientalistas em Sergipe, “de um lado se teria as ONGs que atuavam diretamente em movimentos populares, associações comunitárias, como é o caso da AMABA em Sergipe, de outro lado seria possível identificar as ONG que buscavam criar uma identidade própria e buscar uma nova área de atuação” (FELIZOLA; COSTA, 2012b, p. 327-328), dentro dessas duas tipologias apresentadas pelos autores citados é possível dizer que o Mopec se insere mais no segundo caso.

A principal liderança do Mopec, desde a fundação até os dias atuais, é Lisaldo Vieira, funcionário público federal e exerce suas atividades laborais na

¹⁰ Alguns dados referentes à história do Mopec em Sergipe foram retirados do sítio eletrônico: <<http://mopec.no.sapo.pt/historico.htm>>, visualizado em 5 de agosto de 2014.

¹¹ Entrevista com Lisaldo Vieira, realizada em novembro de 2012.

Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem 58 anos, e nas últimas duas décadas e meia está engajado em movimentos sociais de cunho ambientalista. Dentre os movimentos que participou está o SOS São Conrado, através do qual se colocou frente às questões ambientais de caráter local, levando-o a, juntamente com um grupo de pessoas ligados à causa, fundar o MOPEC. Neste grupo, Lisaldo Vieira desempenhou várias funções. (SILVA JÚNIOR, 2007)

Lisaldo Vieira possui ensino médio, segundo o mesmo, sua gestão buscou dar um caráter menos acadêmico e mais prático para o movimento, na interpretação dele isso foi conseguido através de passeatas, palestras em escolas locais, participação em debates públicos na Câmara de Vereadores dentre outras manifestações públicas. Essa característica fez com que o Mopec se tornasse um movimento peculiar, pois ao contrário do que é visto em outros movimentos ambientalistas, em que se observa um peso muito grande da *expertise* enquanto recurso para o recrutamento e seleção de dirigentes (OLIVEIRA, 2008a; OLLITRAULT, 1996; GALLET, 2002), no Mopec esse fator não parece ter muita importância. Sendo possível dizer que o tempo de dedicação nas questões defendidas pelo movimento, a entrega às causas ambientais, e o reconhecimento social como “um bom ambientalista” acabam se tornando recursos mais valorizados entre aqueles que fazem parte do grupo.

Outro ponto importante diz respeito à estrutura organizacional do movimento. Embora encontremos um conjunto de trabalhos que dão um peso muito grande aos recursos econômicos para o bom desempenho dos movimentos sociais (MCCARTHY; ZALD, 1977; MCCARTHY, 1996; OLSON, 1999), e de a década de 1990 ter se configurado como um momento no qual várias ONG se estruturaram com recursos oriundos das mais diversas fontes, como é o caso das ONG “multinacionais” como o WWF e o Greenpeace, observou-se que as ONG ambientais de Sergipe (dentre as quais o Mopec), funcionavam a partir de estruturas organizacionais e/ou mesmo financeiras precárias, cujos funcionários eram todos voluntários, inexistindo também um corpo técnico-burocrático responsável pela gestão ou mesmo organização das demandas do movimento, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1 – Organização dos movimentos sociais em Sergipe

Nome	Registro	Sede	Número de voluntários	Funcionários	Divisão de setores	Fonte de recursos
Aspam	Sim	Sim	30	Nenhum	Três setores	Doações e projetos
Mopec	Sim	Não	30	Nenhum	Três setores	Doação de projetos

Fonte: Felizola e Costa (2012a).

Embora o Mopec tenha realizado importantes articulações políticas, se inserindo em comitês, conselhos e sindicatos e trabalhado em questões importantes, tais como o fórum em Defesa da Grande Aracaju, Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Membro do Conselho Costa do Coqueirais, chama atenção a baixa relação desse movimento com a iniciativa privada e com o estado. A atuação dessa organização foi mais focada na agitação da sociedade civil, ficando mais perto das demandas reais da população, na medida em que nesse primeiro momento era claro que a função das organizações não estava como substitutas ou concorrentes das ações do estado, mas como entidades capazes de criticar os caminhos (in)sustentáveis, dando novas contribuições através de propostas reais para a política governamental e que possibilitariam mudanças sociais para a população mais humildes. Com efeito, a baixa vinculação com agências financiadoras e mesmo com o estado se configurou como um obstáculo para o avanço de projetos mais “ambiciosos” ligados à área ambiental no estado. (FELIZOLA; COSTA, 2012b)

Outra característica marcante em grande parte dos movimentos ambientalistas e ONG em Sergipe é uma constante vinculação das lideranças desses movimentos com partidos políticos. Quanto a essa questão, observou-se que há uma inclinação das principais lideranças do Mopec e de outras organizações ambientais para a militância no Partido dos Trabalhadores (PT), conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Arranjos políticos de algumas instituições ambientais em Sergipe

Nome da instituição	Arranjos políticos
Aspam	Ligação com o PT
Mopec	Participação da fundação do PV depois forte ligação com o PT
Pensar Verde	Participação fundamental na criação do PV
Água É Vida	PT E PV
Sociedade Semear	PT
Instituto Árvore	PT, DEM e PV

Fonte: Felizola e Costa (2012a).

Apesar da riqueza de suas interações, poucos trabalhos acadêmicos se propuseram a tratar da relação entre movimentos sociais e partidos políticos. Para Combes (2009), esta falta de análise global ocorre em função do que o autor vai chamar de “compartimentalização das disciplinas”, que colocam os partidos políticos enquanto objetos canônicos de ciência política, enquanto que os movimentos sociais caíram exclusivamente dentro das análises próprias da sociologia. Dito de outra forma, partidos políticos e movimentos sociais foram estu-

dados durante muito tempo como sendo parte de espaços diferentes de atuação militante, e enquanto os primeiros eram identificados como um tipo de militância institucionalizada, no segundo caso a literatura definia como um tipo de militância não institucionalizada.

Dito isto, a articulação entre o Mopec e outros movimentos ambientais e partidos políticos se insere em vertentes de estudos que conjugam a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos, numa conjuntura analítica que permite compreender como essas relações se formam e interferem nas organizações, tanto dos movimentos quanto dos partidos. (COMBES, 2009) Em entrevista, quando questionado sobre sua relação com o PT, Lisaldo Vieira afirmou que *“eu sempre gostei do PT, fui e ainda sou militante, mas não houve nunca oportunidade política para mim, já me candidatei sim para vereador, mas não consegui me eleger. Mas nunca usei da minha participação no MOPEC para poder ter vantagem política, nunca”*.¹²

Apesar de haver uma tendência de lideranças dos movimentos sociais tentarem ter acesso a postos eletivos, é o caso de Lisaldo Vieira e Genival Nunes (líder as Aspam), que tentaram na década de 1990 cargos de vereador na cidade de Aracaju, a falta de êxito desse objetivo levou todos os voluntários e diretores dos movimentos ambientalistas locais a continuarem exercendo as mesmas carreiras profissionais que exerciam antes da atuação nas ONG. (FELIZOLA; COSTA, 2012b)

Esse conjunto de informações ajuda no entendimento da posição do ambientalismo em Sergipe frente ao espaço político estadual, se, por um lado, a relação entre movimento e política partidária seja uma tendência (ver Quadro 2), o mesmo não se pode dizer da relação entre movimento e política eleitoral. Ao que parece, a política eleitoral e o envolvimento das lideranças do movimento com a mesma “soa” como cooptação e, portanto, como desvirtuação dos princípios defendidos pelo movimento. De modo que esse afastamento forçado (já que as tentativas de se eleger aconteceram) acabou servindo de discurso de “resistência” às pressões do aparelho estatal bem como das empresas de construção civil (grande financiadora de campanhas e um dos principais desafetos do movimento ambientalista estadual) de vários dirigentes de movimentos ambientalistas do estado.

É importante destacar que, a partir do aumento da pressão ambiental, diversos atores sociais em outros estados, e de forma mais tímida em Sergipe, começaram a ganhar espaço na mídia com seus discursos sensibilizantes das

¹² Entrevista com Lisaldo Vieira, realizada em novembro de 2012.

causas socioambientais. Forçando governos e instituições a aplicar medidas mais contundentes no tocante a preservação do meio ambiente. No âmbito local, mais recentemente foi implantada na UFS o projeto de Coleta Seletiva, que faz parte do Programa “UFS Ambiental”. Projeto que objetiva maior tratamento ao lixo da universidade, que uma vez separado é encaminhado à Cooperativa de Catadores do Bairro Coqueiral. Defende que a comunidade universitária é “detentora de responsabilidade social e ambiental”. (NASCIMENTO, 2012)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se mostrar aqui a relação entre movimento social, redemocratização e crescimento da causa ambiental. Para tanto, buscou-se compreender quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou em Sergipe após o período da redemocratização do país. Esse questionamento serviu de “fio condutor” e inseriu o trabalho em uma problemática que conjugou, de um lado, as conjunturas políticas e sociais observadas nas décadas de 1980 e 1990 que permitiu o surgimento de partidos políticos, ONG e de movimentos sociais em todo o Brasil e, de outro lado, a expansão do movimento ambientalista para outras regiões do país, entre as quais, o Nordeste.

Como visto apesar de nossa hipótese parecer sensata e condizente com boa parte da literatura (DOMINGUES, 2010; FELIZOLA; COSTA, 2012b; FREITAS, 2006; SENA; OLIVEIRA; CHACON, 2007), tivemos que agregar novos elementos que tornasse possível a explicação dos fatores que levaram a criação do Mopec, entre os quais o argumento segundo o qual a criação desse movimento só foi possível mediante a existência de grupos ligados à questão ambiental no âmbito local.

Apesar de não fazer parte dos objetivos iniciais, na medida em que se gestava a pesquisa outras questões foram surgindo, o que nos levou a apresentar argumentos que permitissem refutar questões já canônicas nos estudos sobre movimentos sociais, a saber, a própria noção de cooptação. O presente texto mostrou que a ocupação de cargos comissionados (por indicação) de algumas lideranças ambientalistas no âmbito local está mais relacionada à conjunturas advindas das mudanças observadas no mercado político pós-chegada do PT ao poder, tanto na esfera nacional quanto na estadual, do que a uma dinâmica mais particular em que os líderes desvirtuariam seus princípios associativos e militantes se cooptando para a esfera do estado. Colabora com esse argumento o fato de que, na década de 1990, quando o governo federal era exercido pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), inexistia a indicação de líderes ou militantes de qualquer movimento social para ocupação de postos de comando

na esfera estadual. E apesar da quantidade de ONG ambientais no estado, pouca ou nenhuma relação foi observada com o governo. Enquanto que, a chegada no poder do PT, no estado através de uma pessoa ligada à movimentos sociais, o ex-governador, Marcelo Déda, criou uma nova relação entre movimentos sociais e governo. Empiricamente, o texto mostrou isso através da indicação de Genival Nunes, ex-líder da Aspam, para o posto de secretário do Meio Ambiente.

Se, por um lado, as oportunidades advindas do mercado político permitiram a inserção de atores ligados ao movimento ambientalista no estado, favorecido por redes de relações criadas em períodos anteriores, por outro lado, chama atenção um relativo peso da formação técnica (adquirida pela passagem por universidades) no tocante acesso a esses espaços. Isso permite entender os motivos que levaram Genival Nunes a ocupação de postos de comando na Adema e posteriormente na Secretaria do Meio Ambiente, enquanto Lisaldo Vieira, líder do Mopec e uma pessoa bastante conhecida no meio pelo seu comprometimento com as causas ambientais, não ter tido iguais oportunidades. Em outras palavras, ainda que a passagem por universidades não pareça um fator preponderante para ocupação de postos de comando no Mopec, ela se mostra imprescindível quanto a reconversão do capital militante em oportunidade de ocupação de postos na esfera governamental.

Outra questão diz respeito à importância da estrutura organizacional e financeira para o sucesso das ações do movimento ambientalista local. Observou-se que as ONG ambientais de Sergipe possuíam uma forma de ação própria, na qual tendem a não se articular com agências mantenedoras. O que reverbera na ausência de recursos financeiros e de estrutura organizacional em boa parte das ONG, a exemplo do Mopec, a Aspam e a ONG Água é Vida. Esse fator fez com que boa parte dos recursos acessados pelas instituições aqui citadas provenha de doação de pessoas físicas. Com a única exceção da Sociedade Semear.

O estudo de caso a partir do Mopec nos permitiu identificar bem a realidade do movimento ambientalista em Sergipe. Essa ONG não possui sede própria e normalmente os encontros são realizados nas casas de seus membros, ou em lugares públicos, o que nos permite entender o objetivo manifesto no título do texto de Nascimento (2012) “Meu papagaio não tem asas não tem bico”, em analogia à música de Chiko Queiroga e Antônio Rogério, “Meu papagaio”. Observamos um movimento bastante incipiente, com claras dificuldades para continuar existindo, e cuja existência depende basicamente da ação e doação dos próprios membros do movimento.

Todavia, isso não significa dizer que o movimento não funcione, o texto procurou mostrar que a lógica de funcionamento do movimento ambienta-

lista de Sergipe é bastante próprio, ligada a um caráter esporádico, no sentido de se reunirem para reivindicar questões pontuais e, tendo sucesso ou não, o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas com surgimento de novas demandas. Um bom exemplo disso é a campanha feita, no início da década de 1990, pela Amaba contra a fábrica de cimentos Portland, que teve fundamental participação de pessoas ligadas ao Mopec, na medida em que as reivindicações surtiam efeitos e a possibilidade da retirada da fábrica da região se tornava cada vez mais eminente, o movimento foi se dissipando, numa característica que nos faz entender o motivo da inexistência de uma estrutura organizacional ou burocrática nesses movimentos, simplesmente não havia necessidade de tal.

Por fim, a partir dos dados apresentados, nota-se que a mobilização ambiental e a institucionalização do movimento em Sergipe por meio de ONG seguem a lógica nacional, porém sem a efetividade e o grande quantitativo de mobilizações que marcam o cenário brasileiro. São movimentos esporádicos e as ONG ambientalistas quando vinculadas ao aparato estatal deixam de operar de modo incisivo, mas em contrapartida, as ONG que não se envolvem diretamente com a esfera governamental estão fadadas ao ostracismo, a perda de força e a periferia dos movimentos sociais.

FUNCTIONING OF THE ENVIRONMENTAL MOVEMENT IN SERGIPE IN THE 1980S AND 1990S: A CASE STUDY FROM MOPEC

Resumo

O presente trabalho se insere em vertentes de estudos sobre o processo de criação de movimentos sociais, procurando compreender quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou em Sergipe após a redemocratização. A problemática em que se assenta este texto insere-se no debate a respeito da relação entre conjuntura política e social – observada nas décadas de 1980 e 1990 – e criação e funcionamento de movimentos sociais. O trabalho analisou as questões acima identificadas a partir da análise da criação do Movimento Popular Ecológico (Mopec) em Sergipe. A metodologia utilizada partiu de entrevistas e questionários, através de um mapeamento prévio dos agentes envolvidos no movimento ambientalista entre as décadas de 1980 e 1990.

Palavras-chave: Redemocratização. Ambientalismo. Dinâmica de Ação. ONG. Mopec.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANTUNIASSI, M. H.; MAGDALENA, C.; GIANSAANTI, R. *O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano*. São Paulo: Ceru, 1989.

BARTHÉLÉMY, M. Le militantisme associatif. In: PERRINEAU, P. (Dir.). *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994. p. 87-114.

BOURDIEU, P. Cultura e política. In: BOURDIEU, P. *A distinção crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CABRAL, E. R. Institucionalização da questão ambiental e exploração mineral no Pará e Minas Gerais: valorização da natureza e inversão da imagem da mineração? *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, Barcelona, v. 5, p. 27-45, 2006.

COMBES, H. Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain. *Sociologie et sociétés*, Montreal, v. 41, n. 2, p. 161-188, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008*. 2. ed. Brasília, DF, 2008.

DAGNINO, E. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DITADURA Militar no Brasil (1964-1985). In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S.l.], [201-]. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_\(1964%E2%80%931985\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_(1964%E2%80%931985))>. Acesso em: 24 set. 2014.

DOMINGUES, S. C. Movimentos ambientalistas no nordeste do Brasil: compreendendo a complexidade dos fundamentos e ações. *A Ideia*, [S.l.], v. 67, p. 33-45, 2010.

FELIZOLA, M. P. M. *A trajetória dos movimentos socioambientais em Sergipe – personagens, instituições e estratégias de comunicação*. 2012. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

FELIZOLA, M. P. M.; COSTA, F. B. O ambientalismo em Sergipe – um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 4, n. 8, p. 317-337, 2012a.

FELIZOLA, M. P. M.; COSTA, F. B. A atuação das ONG ambientalistas na segunda “fase” do movimento ambiental em Sergipe (1993-1999). *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 149-171, jul./dez. 2012b.

FELIZOLA, M. P. M.; COSTA, F. B. A comunicação do movimento ambiental sergipano. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO OESTE, 12., 2010, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0194-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FREITAS, C. F. S. O novo modelo de gestão urbana estratégica em Fortaleza: aumento das desigualdades sócio-ambientais. *Universitas*, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 1-22, 2006.

FRETEL, J. Habiter l’institution: habitus, apprentissages et langages dans les institutions partisans. In: LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Dir.). *Sociologie de l’institution*. Paris: Belin, 2011. p. 195-217.

GALLET, G. L'expertise, outil de l'activisme environnemental chez Greenpeace France. In: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. (Dir.). *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: Harmattan, 2002. p. 109-128.

GOHN, M. da G. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, A. B. Genival Nunes assume pasta da Semarh. *Blog Albertino*, [S.l.], 4 fev. 2010. Disponível em: <<http://albertinomeioambiente vivo.blogspot.com.br/2010/02/genival-nunes-assume-pasta-da-semarh.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

LOCHARD, Y.; SIMONET, M. Les experts associatifs, entre savoir profanes, militants et professionnels. In: DEMAZIÈRE, D.; GADÉA, C. (Dir.). *Sociologie des groupes professionnels: acquis récents et nouveaux défis*. Paris: Éditions La Découverte, 2009. p. 274-284.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-92). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 137-153, out./dez. 1995.

MARCELO Déda. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S.l.], [201-]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo_D%C3%A9da>. Acesso em: 23 abr. 2015.

MCCARTHY, J. D. Adopt, adapt and invent opportunities and limits. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Ed.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 205-220.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

NASCIMENTO, M. S. "Meu papagaio não tem asas não tem bico": o movimento ambientalista em Sergipe. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012, Teresina. *Anais eletrônicos...* Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxciso/resumos/GT20-19.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

OLIVEIRA, V. M. S. Os movimentos ambientalistas em Sergipe. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 4 out. 2011. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/artigos-leitura/76/15522/os-movimentos-ambientalistas-em-sergipe.html#.W1YUC6inHIU>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008a.

- OLIVEIRA, W. J. F. de. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008b.
- OLLITRAULT, S. Science et militantisme: les transformations d'une échange circulaire: le cas de l'écologie française. *Politix*, Paris, n. 36, p. 141-162, 1996.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PÁDUA, J. A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 190-216, 1991.
- PASSY, F. *L' action altruiste: contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux*. Genève: Libraire Droz, 1998.
- SAINTENY, G. Logiques d'engagement et logiques de rétribution au sein de l'écologisme français. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, p. 175-200, janv./juin 1999.
- SANTOS, A. V. dos. *A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 200-255, set./dez. 2011.
- SENA, A. M. C. de; OLIVEIRA, F. C.; CHACON, S. S. Vozes sem eco entoadas do Nordeste do Brasil: construtos de resistência à degradação ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 7., 2007, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ECOECO, 2007.
- SILVA JÚNIOR, F. F. da. *As memórias de lutas por um sonho ecológico: um estudo acerca das lideranças ambientalistas em Sergipe: os casos do MOPEC e ASPAM (1972-2002)*. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- SIMÉANT, J. Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (Dir.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003.
- SOUZA, M. E. S. de. *Movimento negro em Sergipe e política institucional: um estudo a partir de carreiras de militantes negros*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 5-26, 1987.